



210²⁵
ur

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 191975-5/01

AGRAVANTE: MARIA CRISTINA MENDES DE FIGUEIREDO E OUTROS

AGRAVADO: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES ✓

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

EMENTA - DIREITO PROCESSUAL CIVIL. REAJUSTE INCORPORADO À REMUNERAÇÃO. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO TERMINATIVA NEGOU SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO E MANTEVE A DECISÃO VERGASTADA. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE.

1 - Trata-se de extensão e/ou aumento de vantagens a servidores públicos municipais, pelo que incorre na vedação disposta no artigo 5º, da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964.

2 - A interpretação quanto à extensão da aplicabilidade da limitação traçada pela Lei 9.494/97 não pode ultrapassar aos casos ali não consignados.

3 - O *fumus boni iure*, encontra-se consubstanciado na verossimilhança das alegações do agravado, pelo que nas hipóteses de vedação legal, como no caso concreto, não é possível a concessão de tutela antecipada em face da Fazenda Pública.

4 - Recurso de Agravo improvido à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Agravo nº 191975-5/01, figurando como agravantes MARIA CRISTINA MENDES DE FIGUEIREDO E OUTROS e como agravada a SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES; Acordam os Desembargadores que compõem a SÉTIMA CÂMARA CÍVEL do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, mantendo a Decisão Terminativa prolatada no Agravo de Instrumento nº 0191975-5, tudo conforme o relatório, votos e notas taquigráficas anexos, que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 15/11/04


Des. João Bosco Gouveia de Melo
Relator / Presidente

2116
w



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 191975-5/01

AGRAVANTE: MARIA CRISTINA MENDES DE FIGUEIREDO E OUTROS

AGRAVADO: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

MARIA CRISTINA MENDES DE FIGUEIREDO E OUTROS, já qualificados nos autos, ingressaram com Recurso de Agravo de Decisão Terminativa Monocrática prolatada no Agravo de Instrumento nº 0191975-5.

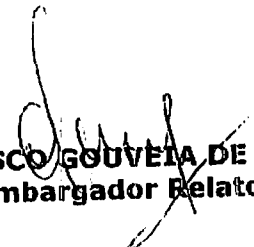
A decisão vergastada, aplicando o disposto no art. 557, do Código de Processo Civil, negou seguimento ao agravo de instrumento, mantendo a decisão proferida pelo juízo de primeiro grau nos seus integrais termos.

Os Agravantes aduzem, em síntese, que a hipótese ventilada nos autos não trata de reclassificação ou equiparação de servidores públicos, tampouco da concessão de aumentos ou extensão de vantagens; nem incide na proibição prevista no art. 1º, § 3º da Lei 8.432/92 porque o objeto da medida liminar não esgota nem parcial nem totalmente o objeto da ação.

Dessa forma, requerem os Agravantes a reforma da decisão terminativa agravada, ou, em assim não entendendo, pedem a remessa do presente Recurso de Agravo à Câmara Julgadora competente, para que seja reformada a decisão atacada, para que se dê seguimento ao agravo de instrumento e concedido o efeito suspensivo.

É o relatório.

Recife, 19/12/21


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator -



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

RECURSO DE AGRAVO Nº 191975-5/01

AGRAVANTE: MARIA CRISTINA MENDES DE FIGUEIREDO E OUTROS

AGRAVADO: SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO E PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JABOATÃO DOS GUARARAPES

RELATOR: DES. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

VOTO


Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão exarada em sede de Agravo de Instrumento que se insurgiu contra decisão proferida pelo Juiz singular, nos autos do Mandado de segurança nº 222.2009.008774-5, ajuizado por MARIA CRISTINA MENDES DE FIGUEIREDO E OUTROS, que indeferiu o pleito liminar realizado na inicial.

A decisão vergastada, aplicando o disposto no art. 557, do Código de Processo Civil, negou seguimento ao agravo de instrumento, mantendo a decisão proferida pelo juízo de primeiro grau nos seus integrais termos.

Por meio da via recursal eleita, requerem que o recurso de agravo seja conhecido e provido, com a reforma da decisão agravada, para se dar seguimento ao agravo de instrumento e seja concedido o efeito suspensivo.

O presente recurso encontra-se com os requisitos legais e foi interposto tempestivamente.

Os agravantes aduzem, em síntese, que a hipótese ventilada nos autos não trata de reclassificação ou equiparação de servidores públicos, tampouco da concessão de aumentos ou extensão de vantagens; nem incide na proibição prevista no art. 1º, § 3º da Lei 8.432/92 porque o objeto da medida liminar não esgota nem parcial nem totalmente o objeto da ação.

 Não entendo caber razão à parte agravante. Vejamos:

Com efeito, a decisão combatida entendeu que a pretensão dos autores, consistente na possibilidade de extensão por equiparação, do novo subsídio dos Secretários Municipais fixados através da Lei Municipal nº 299, de 28 de dezembro de 2008, vez que a parcela de estabilidade financeira recebida por eles em seus vencimentos corresponde ao aumento no aludido subsídio.

Ao compulsar os autos, entendo, em corroboração com a tese defendida pelo magistrado singular, que se trata de extensão e/ou aumento de vantagens a servidores públicos municipais, pelo que incorre na vedação disposta no artigo 5º, da Lei nº 4.348, de 26 de junho de 1964, *in verbis*: **"Não será concedida medida**

**Poder Judiciário**

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

liminar de mandados de segurança impetrados visando à reclassificação ou equiparação de servidores públicos, ou à concessão de aumentos ou extensão de vantagens".

Observo que o objeto da demanda refere-se ao aumento nos valores de vantagens incorporadas por tais servidores e que não foram suprimidos, pelo que, antecipados os efeitos do provimento ter-se-á por esgotado o objeto da demanda, incorrendo, dessa forma, em violação ao disposto no art. 1º, § 3º, da Lei nº 8.432/92, a qual, diante do sistema restritivo de liminares, dispõe que: **"não será cabível medida liminar que esgote no todo ou em qualquer parte, o objeto da ação"**.

Sobre a matéria, o E. Superior Tribunal de Justiça já se posicionou nesse mesmo sentido, conforme se depreende dos julgados abaixo colacionados:

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. RESTAURAÇÃO DE SITUAÇÃO ANTERIOR. POSSIBILIDADE. HIPÓTESE NÃO PREVISTA NO ART. 1º DA LEI Nº 9.494/1997.

I - É possível a concessão de tutela antecipada contra a Fazenda Pública desde que a pretensão autoral não verse sobre reclassificação, equiparação, aumento ou extensão de vantagens pecuniárias de servidores públicos ou concessão de pagamento de vencimentos. Precedentes deste e. STJ.

II - A antecipação de tutela, in casu, objetiva o restabelecimento de parcela remuneratória ilegalmente suprimida, não se enquadrando na vedação contida no art. 1º da Lei nº 9.494/97. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 945775 / DF; AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2007/0093917-4; Relator(a) Ministro FELIX FISCHER; Órgão Julgador QUINTA TURMA Data do Julgamento 16/12/2008; Data da Publicação/Fonte DJe 16/02/2009)

Alves **PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL. POSSIBILIDADE DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA EM FACE DA FAZENDA PÚBLICA.**

1. Não é possível a antecipação dos efeitos da tutela em face da Fazenda Pública, nas hipóteses em que a concessão do pedido liminar implique a reclassificação ou a equiparação de servidores públicos, bem como a concessão de aumento ou a extensão de vantagens, o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias e, ainda, quando esgote, no todo ou em parte, o objeto da ação.
(grifos nossos)

2. Contudo, no caso concreto, o deferimento do pedido liminar implicou a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, que teve origem na lavratura de um auto de infração. A concessão da medida liminar, na hipótese, além de ser autorizada pelo art. 151,



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

V, do CTN, não é obstada pelas limitações legais invocadas pela Fazenda Estadual (art. 1º, § 3º, da Lei 8.437/92, c/c o art. 1º da Lei 9.494/97).

3. Admitida, na espécie, a concessão do pedido liminar, mostra-se inviável o exame da questão relativa à não-ocorrência de dano grave de difícil reparação, pois tal verificação demanda necessariamente o revolvimento das circunstâncias fáticas da causa, o que é inviável em sede de recurso especial, tendo em vista o óbice contido na

Súmula 7 desta Corte.

4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, desprovido.

(REsp 900672 / RN; RECURSO ESPECIAL 2006/0246605-2; Relator(a) Ministra DENISE ARRUDA; Órgão Julgador PRIMEIRA TURMA; Data do Julgamento 09/09/2008; Data da Publicação/Fonte 24/09/2008)

Ementa AGRAVO REGIMENTAL EM MEDIDA CAUTELAR. CONCURSO PÚBLICO. DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL. CURSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL. DECISÃO QUE DETERMINA A INSCRIÇÃO DO CANDIDATO. PLAUSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. PRESENÇA. ARTIGO 1º DA LEI Nº 9.494/07. VIOLAÇÃO. AUSÊNCIA.

1. Compreendendo o concurso para o provimento de cargos na Polícia Federal fases diversas, no caso em que o candidato foi reprovado em exame psicotécnico, cujos critérios de objetividade são questionados, nada impede sua participação na etapa seguinte, não só à falta de qualquer impedimento, porque se cuida, em última análise,

de requisito posto em função das condições necessárias à investidura em cargo público, entre as quais a da "aptidão mental" (Lei nº 8.112/90, artigo 5º, inciso VI), mas, também, porque o contrário seria privilegiar a lesão em detrimento do direito subjetivo.

2. Existente a plausibilidade jurídica do pedido deduzido na medida cautelar, impõe-se a preservação da decisão que lhe deu provimento.

3. Se em momento algum a decisão concedeu antecipação de tutela, a fim de determinar o pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias ao agravado, havendo, tão-somente, determinado a participação do candidato no Curso de Formação Profissional a se iniciar, não há falar em violação ao artigo 1º da Lei nº 9.494/97. (grifos nossos)

4. Agravo regimental improvido.

(AgRg na MC 13896 / PR; AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR 2008/0044590-5; Relator(a) Ministro HAMILTON CARVALHIDO; Órgão Julgador SEXTA TURMA; Data do Julgamento 29/04/2008; Data da Publicação/Fonte DJe 15/09/2008)



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco

Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

A melhor doutrina também entende que a interpretação quanto à extensão da aplicabilidade da limitação traçada pela Lei 9.494/97 não pode ultrapassar aos casos ali não consignados, como bem leciona o eminente professor Leonardo José Carneiro da Cunha, *In A Fazenda Pública em Juízo*, 2ª ed, Dialética, SP/2005, pág.188:

Ora, se é vedada a antecipação da tutela contra o Poder Público nos casos previstos na Lei nº 9494/97, significa que, nas hipóteses não alcançadas pela vedação, resulta plenamente possível deferir a tutela antecipada em face da Fazenda Pública. Cabível, portanto, com as ressalvas da Lei nº 9494/1997, a tutela antecipada contra a Fazenda Pública.

O exposto acima configura que o *fumus boni iure*, encontra-se consubstanciado na verossimilhança das alegações do agravado, pelo que nas hipóteses de vedação legal, como no caso concreto, não é possível a concessão de tutela antecipada em face da Fazenda Pública.

De outra banda, em que pese se tratar de pagamento de verba alimentar, não se tem configurado o *periculum in mora* nas alegações dos autores, posto que continuam recebendo seus vencimentos normalmente, apenas sem o *plus* do aumento da vantagem que têm incorporada aos vencimentos, não se encontrando esses em situação de penúria e desamparo legal, ou seja, em situação de lesão grave ou de difícil reparação.

Posto isso, **VOTO** pelo conhecimento e pelo não provimento deste Recurso de Agravado, mantendo-se Decisão Monocrática ora hostilizada em todos os seus termos.

É o meu voto Srs. Desembargadores.

Recife, 15/12/2009

Des. João Bosco Gouveia de Melo
- Relator -